

**RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO
SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2019**

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Murça**, reportada ao primeiro semestre findo em 30 de junho de 2019, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 3.013.635,96 € de despesa paga e um total de 4.414.500,73 € de receita cobrada, incluindo o saldo de gerência de 300.860,89 €), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 26.297.844,18 € e um total de fundos próprios de 14.531.009,43 €, incluindo um resultado líquido de 615.614,13 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POICAL;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
 - e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa	Dotação	Compromissos	Saldo	Grau Exec.	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.	
Cl.	Designação	Corrigida		efectiva			Orç Jun 19	Orç. Jun 18	Orç. Dez 18	
1	Despesas com o pessoal	2 705 800,00	2 436 659,28	269 140,72	90,05%	1 274 242,97	1 431 557,03	47,09%	48,53%	99,05%
2	Aquisição de bens e serviços	2 731 470,89	2 129 550,61	601 920,28	77,96%	894 202,07	1 837 268,82	32,74%	38,73%	87,03%
3	Juros e outros encargos	66 700,00	54 438,74	12 261,26	81,62%	22 951,50	43 748,50	34,41%	37,68%	84,14%
4	Transferências correntes	677 335,00	434 596,50	242 738,50	64,16%	232 768,55	444 566,45	34,37%	36,88%	94,49%
5	Subsídios	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
6	Outras despesas correntes	47 000,00	42 761,16	4 238,84	90,98%	31 859,22	15 140,78	67,79%	50,06%	95,50%
	DESPESAS CORRENTES	6 228 305,89	5 098 006,29	1 130 299,60	81,85%	2 456 024,31	3 772 281,58	39,43%	42,96%	92,83%
7	Aquisição de bens de capital	3 223 300,00	613 292,07	2 610 007,93	19,03%	180 319,19	3 042 980,81	5,59%	27,01%	51,18%
8	Transferências de capital	55 000,00	29 783,17	25 216,83	54,15%	15 283,16	39 716,84	27,79%	17,11%	71,69%
9	Activos financeiros	25 239,00	12 619,50	12 619,50	50,00%	12 619,50	12 619,50	50,00%	0,00%	94,70%
10	Passivos financeiros	950 000,00	950 000,00	0,00	100,00%	349 389,80	600 610,20	36,78%	35,24%	98,16%
11	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	n.a.	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
	DESPESAS DE CAPITAL	4 253 539,00	1 605 694,74	2 647 844,26	37,75%	557 611,65	3 695 927,35	13,11%	28,87%	69,68%
	TOTAL DE DESPESAS	10 481 844,89	6 703 701,03	3 778 143,86	63,96%	3 013 635,96	7 468 208,93	28,75%	38,16%	85,02%

Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita	Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.	
Cl.	Designação	Corrigidas	Líquida	Jun 19	Jun 18	Dez 18	
1	Impostos directos	483 644,68	392 159,32	-91 485,36	81,08%	59,99%	106,77%
2	Impostos indirectos	264,68	269,36	4,68	101,77%	72,11%	160,51%
4	Taxas, multas e outras penalidades	114 939,59	61 170,02	-53 769,57	53,22%	55,23%	111,21%
5	Rendimentos da propriedade	240 600,00	112 588,07	-128 011,93	46,79%	24,28%	73,01%
6	Transferências correntes	5 247 489,16	2 407 657,37	-2 839 831,79	45,88%	47,93%	95,70%
7	Venda de bens e serviços correntes	936 000,00	246 726,95	-689 273,05	26,36%	44,92%	91,85%
8	Outras receitas correntes	25 200,00	0,00	-25 200,00	0,00%	2,48%	2,70%
	RECEITAS CORRENTES	7 048 138,11	3 220 571,09	-3 827 567,02	45,69%	47,63%	95,22%
9	Venda de bens de investimento	310 500,00	128 086,75	-182 413,25	41,25%	0,00%	254,20%
10	Transferências de capital	2 822 245,89	764 982,00	-2 057 263,89	27,11%	26,61%	43,70%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	n.a.	n.a.	n.a.
	RECEITAS DE CAPITAL	3 132 745,89	893 068,75	-2 239 677,14	28,51%	26,52%	44,36%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00%	5417,08%
16	Saldo da gerência anterior	300 860,89	300 860,89	0,00	100,00%	100,00%	100,00%
	OUTRAS RECEITAS	300 960,89	300 860,89	-100,00	99,97%	99,98%	100,80%
	TOTAL DE RECEITAS	10 481 844,89	4 414 500,73	-6 067 344,16	42,12%	49,01%	88,44%

Castrol S.A. (18-100) C. NIPC 510 557 173. Anos: 6/2000 - 2012

2/12

8

AM

Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	jun/19	jun/18	jun/19	jun/18
Receita total / Despesa total	146,48%	128,45%	65,85%	59,16%
Receita corrente / Despesa corrente	131,13%	131,65%	63,17%	61,83%
Receita capital / Despesa capital	160,16%	36,68%	55,62%	16,00%
Despesa Pessoal / Despesa Total	42,28%	36,55%	36,35%	32,65%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	29,67%	30,37%	31,77%	33,22%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	5,98%	13,48%	9,15%	12,17%
Serviço da Dívida / Despesa Total	11,59%	11,36%	14,17%	13,11%
Receitas próprias / Despesa Total	41,21%	41,85%	18,53%	19,27%
Transferências recebidas / Despesa Total	105,28%	86,60%	47,33%	39,88%
Juros e outros encargos / Despesa Total	0,76%	1,04%	0,81%	1,04%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	jun/19	jun/18
Receitas próprias / Receita total	28,13%	32,58%
Transferências recebidas / Receita Total	71,87%	67,42%

6. Tendo como referência o mapa de execução orçamental da despesa paga com reporte ao mês de junho de 2019, verifica-se que a execução das despesas correntes ascende a 39,43% (contra 42,96% verificados em junho de 2018) e a execução das despesas de capital foi de 13,11% (contra 28,87% em junho de 2018). Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 63,96% (contra 82,85% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas correntes cujos compromissos assumidos representam 81,85% (91,48% em junho de 2018) das dotações corrigidas, enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam 37,75% (66,17% em junho de 2018) da dotação existente. Note-se que, globalmente, a execução da despesa foi de 28,75%, diminuindo cerca de 9,41 p.p. comparativamente ao seu período homólogo anterior, cuja execução ascendeu a 38,16%.

No que se refere às despesas com pessoal, o grau de execução ronda os 47,09% (contra 48,53% em igual período do exercício anterior), pelo que este valor se encontra dentro do balizado para o período. A aquisição de bens e serviços apresenta um grau de execução de 32,74% (38,73% em igual período do exercício anterior), porém a despesa comprometida desta natureza ascende a 77,96% (91,99% no mesmo período do ano anterior), facto relacionado com os fornecimentos regulares. O grau de execução da despesa com transferências correntes ascende a 34,37% (36,88% em junho de 2018), situando-se abaixo do expectável para o período em análise. Este facto resulta das transferências (abaixo do expectável para

Cartão de Execução 403.C.1007.510.507.472 - Ans. OFIC nº 082

o período em análise, se assumirmos a linearidade das despesas ao longo do período económico) a realizar para Instituições sem Fins Lucrativos, Freguesias e Associações de Municípios e outras transferências para as Famílias, com graus de execução de 31,90%, 30,29%, 11,69% e 0,00%.

De referir que as rubricas de "despesas com pessoal" e "aquisição de bens e serviços" são as mais significativas da despesa corrente do Município, representado cerca de 52% e 36% da despesa paga no semestre em análise, respetivamente.

Globalmente, o grau de execução da despesa corrente, apresentou valores abaixo do expectável para o período do ano (teoricamente, e se considerarmos a execução da despesa de forma linear ao longo do ano, deveriam rondar uma taxa aproximada de 50%). De referir que, o grau de execução da despesa corrente apresentou um decréscimo de 3,53 pontos percentuais quando comparada com o período homólogo do ano transato.

No que se refere à execução do orçamento de despesas de capital, importa referir que se verificou uma queda no grau de execução de 15,76 pontos percentuais, quando comparado o semestre em análise com igual período do ano anterior. Os valores apresentados ao nível da execução orçamental desta componente da despesa são relativamente baixos para o período em análise, dado que as despesas de capital deveriam (ainda que teoricamente) rondar os 50,00%, contudo o grau de execução verificado situa-se nos 13,11%.

Esta situação resulta dos factos seguintes:

- Ao nível da rubrica orçamental "07 Aquisição de bens de capital" verifica-se que as sub-rubricas "escolas", "lares de terceira idade", "sistemas de drenagem e águas residuais", "cemitérios", "materiais de transporte", "viadutos, arruamentos e obras complementares (outras construções e infraestruturas)" e "captação e distribuição de água" com as dotações corrigidas 23.000,00€, 49.700,00€, 142.200,00€, 50.000,00€, 91.290,00€, 79.000,00€ e 50.000,00€, respetivamente, ainda não iniciaram a execução financeira;
- As sub-rubricas, "viadutos, arruamentos e obras complementares (construções diversas)", "Outras construções diversas", "Equipamento de informática"; "Equipamento Básico" e "Outros (Bens de Domínio Público)" apresentam execuções de: 4,00%, 7,21%, 4,79%, 6,12% e 2,59%, respetivamente;
- No que diz respeito à rubrica "08 Transferências de Capital", constata-se que a dotação corrigida para as freguesias e instituições sem fins lucrativos ascende a 20.000,00€ em ambas as sub-rubricas, contudo, a execução verificada no semestre em análise ascendeu apenas a 33,92% e 42,50%, respetivamente. Por sua vez, as sub-rubricas de "outras transferências de capital para a administração local" e "outras transferências de capital para as Instituições sem fins lucrativos", cujas dotações ascendem a 10.000,00€ e 5.000,00€, respetivamente, ainda não iniciaram a execução financeira;

- Ao nível da rubrica "09 Ativos Financeiros" nomeadamente no que diz respeito a unidades de participação relativas ao Fundo de Apoio Municipal, apresenta uma dotação corrigida de 25.239,00 €, registando apenas metade da despesa paga no semestre em análise;

- Quanto à rubrica "10 Passivos Financeiros", constata-se que a sub-rubrica "Empréstimos a médio e longo prazos" apresenta uma dotação de 950.000,00 €, sendo 896.000,00 € relativos a Instituições financeiras e 54.000,00€ referentes ao Estado, sendo a execução verificada de 38,99% e 0,00%, respetivamente.

Assim, conclui-se que, de uma forma genérica, o grau de execução da despesa surge afetado essencialmente pelo menor desempenho de execução das despesas de capital.

7. No que se refere à execução orçamental da receita, globalmente, o seu grau de execução orçamental é inferior ao verificado em igual período do exercício anterior, isto é, atingiu 42,12% contra 49,01% no período homólogo.

Ao nível das receitas de capital, apenas foram executados 28,51% contra os 26,52% verificados em igual período do ano anterior. A execução das receitas de capital encontra-se aquém do que seria esperado para o período de tempo decorrido, situação que ficou a dever-se essencialmente à não obtenção de receitas relacionadas com a comparticipação comunitária em projetos co-financiados, cuja previsão para o período foi de 1.475.000,00€ e a sua execução financeira ainda não iniciou.

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental próximo do valor expectável no semestre e próximo do apresentado em igual período do ano anterior, ainda que tenha regredido 1,94 p.p. (45,69% contra 47,63% em junho de 2018). Para o efeito, contribuiu essencialmente o desempenho ao nível das transferências correntes (apresentam um grau de execução de 45,88% contra 47,93% em junho de 2018), com especial incidência nos montantes recebidos relativos ao FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro – 1.966.296,91 €), Fundo Social Municipal (FSM – 65.586,00 €), Participação fixa no IRS (54.558,00 €) e comparticipações do Ministério da Educação (253.152,59 €). A sub-rubrica "Dgeste" apresenta uma dotação de 79.509,10 €, contudo a execução verificada no semestre em análise fixou-se nos 12,83% e a comparticipação do FSE em projetos cofinanciados com o Estado Português, cuja dotação corrigida ascende a 100.000,00 €, não apresenta qualquer execução. Em resultado destas duas situações a execução da rubrica de "transferências correntes" é inferior a 50%, fixando-se em 45,88%. Note-se que, as receitas com as transferências correntes representam cerca de 55% receita cobrada líquida total e cerca de 75% das receitas correntes.

Relativamente à rubrica de taxas, multas e outras penalidades, o grau de execução orçamental verificado (53,22%) é satisfatório, ainda que seja inferior em 2,01 p.p. ao valor verificado em igual período do ano anterior (55,23%) Para tal, destaca-se o desempenho da cobrança de receita relacionada com a rubrica

"saneamento", sendo o grau de execução apresentado de 62,67% para uma previsão corrigida de 72.482,81€.

No que diz respeito aos rendimentos de propriedade (relativos a rendimentos provenientes da concessão à EDP) verifica-se que a execução orçamental é de 46,79%, sendo que, em igual período do ano anterior a execução foi de 24,28%.

Quanto à rubrica de "Venda de bens e serviços correntes", verifica-se uma execução de 26,36%, decrescendo 18,56 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2018, período em que a execução foi de 44,92%. Esta situação resulta da baixa execução da rubrica de "resíduos sólidos", cuja previsão foi de 300.000,00€, tendo a execução no período analisado ascendido a 22,8%.

As "Transferências Correntes" representam cerca de 75% da receita cobrada líquida no semestre em análise, representando a receita própria ao nível das receitas correntes os remanescentes 25%.

8. Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 131,13% quando em igual período do ano anterior havia sido de 131,65%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 63,17% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 61,83%. As receitas correntes superaram em 764.546,78 € as despesas correntes na ótica da despesa paga e, as receitas correntes são inferiores em 1.877.435,20 € às despesas correntes com base na ótica da despesa comprometida.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, em junho de 2019 verifica-se uma evolução positiva face a junho de 2018, isto é, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital, até junho de 2019, em 160,16% e em 36,68% até junho de 2018. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, até junho de 2019 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 55,62% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2018 as despesas de capital encontravam-se cobertas em apenas 16,00%, o que significa que, as receitas de capital são superiores às despesas de capital em 335.457,10 € na ótica da despesa paga e inferiores em 712.625,99 € na ótica da despesa comprometida.

9. No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada a junho de 2019, identifica-se um ligeiro decréscimo face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.308.289,28 € em junho de 2018 para 1.241.861,36€ em junho de 2019 (menos 66.427,92 €). Esta variação, está essencialmente relacionada com o decréscimo do saldo de gerência entre junho de 2018 e junho de 2019, tendo ascendido ao montante de 365.089,48 €. Com isto, na ótica da despesa paga, as receitas próprias passaram a representar 41,21% da despesa total, enquanto, em igual período do ano anterior representavam 41,85%. Por sua vez, na ótica da despesa comprometida, as receitas próprias ascendiam a 18,53% em junho de 2019 e a 19,27% em junho de 2018.

7/12
E

AG

10. A despesa comprometida até 30 de junho de 2019 mostrou-se superior em 2.289.200,30 € em relação à receita cobrada, quando este valor ascendia a 2.772.396,62 € em junho de 2018. De referir ainda que, as receitas próprias representam 28,13% da receita total, quando em igual período do ano transato representavam 32,58%. Quanto às transferências recebidas (correntes e de capital) representam no semestre em análise 71,87% da receita total obtida, sendo 67,42% no período homólogo de 2018.

ANÁLISE ECONÓMICA

11. Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		jun/19	%	jun/18	%	dez/18	%
Cl.	Designação						
71	Vendas e prestações de serviços	343 960,00	9,03%	350 609,13	9,84%	826 411,56	11,06%
72	Impostos e taxas	416 379,11	10,93%	331 258,42	9,29%	530 648,32	7,10%
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	2 689 600,37	70,63%	2 675 935,46	75,07%	5 480 409,99	73,32%
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	358 009,15	9,40%	206 551,08	5,79%	637 257,10	8,53%
	TOTAL DE PROVEITOS	3 807 948,63	100,00%	3 564 354,09	100,00%	7 474 726,97	100,00%

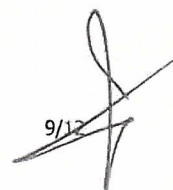
Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		jun/19	%	jun/18	%	dez/18	%
Cl.	Designação						
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	77 689,77	2,43%	149 273,97	4,77%	248 431,77	3,76%
62	Fornecimentos e serviços externos	788 127,39	24,69%	897 994,15	28,71%	1 771 752,47	26,82%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	213 722,64	6,69%	144 800,47	4,63%	423 644,36	6,41%
64	Custos com o pessoal	1 310 263,82	41,04%	1 163 697,76	37,20%	2 393 945,28	36,24%
65	Outros custos e perdas operacionais	29 260,29	0,92%	10 977,66	0,35%	31 731,82	0,48%
66	Amortizações do exercício	738 975,66	23,15%	702 367,42	22,46%	1 480 088,53	22,41%
67	Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
68	Custos e perdas financeiros	27 800,06	0,87%	26 228,48	0,84%	82 424,56	1,25%
69	Custos e perdas extraordinários	6 494,87	0,20%	32 528,67	1,04%	173 561,61	2,63%
	TOTAL DE CUSTOS	3 192 334,50	100,00%	3 127 868,58	100,00%	6 605 580,40	100,00%

12. A estrutura de proveitos apresenta um acréscimo de 243.594,54 € (6,83%) face a igual período do ano anterior, relacionado essencialmente com o crescimento das rubricas de "Impostos e taxas" (fruto da subida do IMT em 95.975,05€, quando comparado com o mesmo período de 2018) e "Proveitos e ganhos extraordinários" (em resultado da alienação de edifícios no valor de 128.086,75€).

13. No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se uma evolução positiva de 64.465,92€ (cerca de 2,06%) face a junho de 2018. Este aumento está relacionado, principalmente, com o valor apresentado na rubrica de gastos com pessoal, que ascendeu a 1.310.263,82€, quando em igual período do ano anterior ascendia a 1.163.697,76 € (verificando-se assim um aumento de 12,59%). Está também relacionado com os valores apresentados na rubrica de "Transferências e subsídios correntes concedidos

9/12



e prestações sociais” que aumentaram 68.922,17€, 47,60%) comparando o período em análise com o período homólogo de 2018.

Analisando a rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, constata-se um decréscimo de 109.866,76€ (-12,23%), representando 24,69% do total de custos incorridos no 1º semestre de 2019 (representava 28,71% no período homólogo de 2018). No quadro abaixo, detalhamos as principais variações ocorridas nesta rubrica:

Conta	Designação	Saldo em 31 de junho de		Variação	
		2019	2018	Absoluta	%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	788 127,39 €	897 994,15 €	-109 866,76 €	-12,23%
622	Fornecimentos e serviços	788 127,39 €	751 187,02 €	36 940,37 €	4,92%
62211	Electricidade	64 028,57 €	82 178,37 €	- 18 149,80 €	-22,09%
62212	Combustíveis	35 804,91 €	27 732,13 €	8 072,78 €	29,11%
62215	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	24 006,56 €	71 744,33 €	- 47 737,77 €	-66,54%
62216	Livros e documentação técnica	243,31 €	- €	243,31 €	n.a
62218	Artigos para oferta	424,00 €	- €	424,00 €	n.a
62219	Rendas e alugueres	42 123,75 €	19 478,30 €	22 645,45 €	116,26%
62221	Despesas de representação	1 414,55 €	1 539,06 €	- 124,51 €	-8,09%
62222	Comunicação	22 443,29 €	21 891,23 €	552,06 €	2,52%
62223	Seguros	20 354,79 €	14 032,56 €	6 322,23 €	45,05%
62227	Deslocações e estadas	1 378,01 €	2 603,04 €	- 1 225,03 €	-47,06%
62229	Honorários	46 503,50 €	18 761,60 €	27 741,90 €	147,87%
62231	Contencioso e notariado	750,00 €	- €	750,00 €	n.a
62232	Conservação e reparação	19 216,98 €	65 646,82 €	- 46 429,84 €	-70,73%
62233	Publicidade e propaganda	6 926,62 €	765,35 €	6 161,27 €	805,03%
62234	Limpeza, higiene e conforto	205 236,32 €	164 716,08 €	40 520,24 €	24,60%
62235	Vigilância e segurança	1 402,20 €	590,12 €	812,08 €	137,61%
62236	Trabalhos especializados	50 531,68 €	3 111,56 €	47 420,12 €	1524,00%
62237	Transportes Escolares	109 697,15 €	132 634,86 €	- 22 937,71 €	-17,29%
62238	ALIMENTAÇÃO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	33 456,35 €	36 068,98 €	- 2 612,63 €	-7,24%
62290	Encargos de cobrança	10 058,30 €	6 720,14 €	3 338,16 €	49,67%
62298	Outros fornecimentos e serviços	2 929,69 €	2 465,21 €	464,48 €	18,84%
62299	Outros	89 196,86 €	78 507,28 €	10 689,58 €	13,62%

As outras rubricas de custos que também apresentaram uma diminuição, quando comparadas com o mesmo período de 2018, foram o “Custo das Mercadorias vendidas e Matérias Consumidas”, apresentando uma diminuição de 47,95% (-71.584,20€), fixando-se nos 77.689,77€; e os “Custos e perdas extraordinários”, que variaram negativamente cerca de 80%, que representam 26.033,80€, fixando-se assim nos 6.494,87€.

No que diz respeito às amortizações do exercício, estas foram calculadas tendo por referência os ativos depreciáveis à data de 30 de junho de 2019. Assim, apresentam um crescimento de 5,21% (mais 36.608,20 €), ascendendo a 738.975,66 €.

- 14.** Tendo em consideração os valores acima referidos e as explicitações efetuadas, o resultado do período ascende a 615.614,13€, superior aos 436.485,51€ verificado em igual período do ano anterior. Importa salientar que, o crescimento do resultado líquido semestral do Município está diretamente relacionado com o aumento dos seus proveitos e ganhos, nomeadamente através das “Transferências e Subsídios Obtidos”, “Impostos e Taxas” e “Proveitos e Ganhos Extraordinários”.
- 15.** A análise da demonstração de resultados intercalar não apresenta o mesmo rigor que se verifica no final de cada exercício económico, uma vez que neste período intercalar não se encontra assegurada a integral especialização contabilística dos custos e proveitos, sobretudo para as situações de menor relevância contabilística. Contudo, é de salientar a correta aplicação de critérios ao nível da especialização dos exercícios, relativamente às rubricas de maior significado.

11/12
Joa
E

ANÁLISE FINANCEIRA

16. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	jun/19	%	jun/18	%	dez/18	%
211+212+213	Clientes, contribuintes e utentes c/c	42 274,45	2,51%	35 768,45	4,25%	42 034,67	4,39%
218	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	35 711,31	2,12%	10 148,28	1,21%	32 004,65	3,34%
24	Estado e outros entes públicos	57 214,22	3,40%	18 981,38	2,25%	60 983,24	6,37%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros Devedores	1 548 988,05	91,97%	777 035,37	92,29%	822 794,06	85,90%
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	Total Curto Prazo	1 684 188,03	100,00%	841 933,48	100,00%	957 816,62	100,00%
	Total Médio Longo Prazo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS	1 684 188,03	100,00%	841 933,48	100,00%	957 816,62	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	jun/19	%	jun/18	%	dez/18	%
2311	Empréstimos de curto prazo	480 756,47	11,98%	652 826,16	12,15%	950 000,00	21,36%
221	Fornecedores c/c	83 735,69	2,09%	488 552,23	9,09%	138 071,15	3,10%
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	235 601,96	5,87%	0,00	0,00%	175 525,77	3,95%
217	Clientes e utentes c/cauções	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	48 995,07	1,22%	77 134,58	1,44%	35 782,47	0,80%
2618	F. imobilizado - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
24	Estado e outros entes públicos	63 209,16	1,58%	57 074,84	1,06%	30 862,16	0,69%
264	Administração Autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
262+263+267+268	Outros credores	19 627,42	0,49%	59 029,76	1,10%	36 601,79	0,82%
	Total Curto Prazo	931 925,77	23,23%	1 334 617,57	24,84%	1 366 843,34	30,73%
2312	Dívidas a instituições de crédito	3 067 936,35	76,46%	3 999 353,83	74,45%	3 067 936,35	68,98%
2689	Outros credores	12 619,50	0,31%	37 858,50	0,70%	12 619,50	0,28%
	Total Médio Longo Prazo	3 080 555,85	76,77%	4 037 212,33	75,16%	3 080 555,85	69,27%
	TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS	4 012 481,62	100,00%	5 371 829,90	100,00%	4 447 399,19	100,00%

17. O valor de dívidas a receber (1.684.188,03 €) apresenta um acréscimo de 842.254,55 €, face ao verificado no período homólogo do ano anterior. Esta variação está essencialmente relacionada com os valores a receber do Fundo Social Europeu e do FEDER, em resultado de projetos de investimento reconhecidos contabilisticamente, cujos montantes ascenderam a 256.778,05 € e 1.101.160,41 €, respetivamente.

18. O valor global das dívidas a pagar no final do primeiro semestre ascende a 4.012.481,62 € (que compara com 5.371.829,90 € em junho de 2018), montante inferior em 1.359.348,28 € (menos 25,31%) face ao verificado no período homólogo do ano anterior. Para o efeito contribuiu, comparativamente com junho de 2018, a redução das dívidas a instituições de crédito em 1.103.487,17 €, bem como a redução das dívidas a Fornecedores (contas correntes e faturas em recepção e conferência) em 169.214,58 €.

19. No âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), verifica-se que:

- a) O Município de Murça cumpriu com o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei supramencionada, apresentando em 30 de junho de 2019 uma margem disponível por utilizar de 1.490.982 €.
- b) É cumprido o disposto no número 2 do artigo 40º que dispõe que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.
- c) Nos termos da Lei n.º 8/2012, com todas as suas alterações subsequentes, não se verificam no Município pagamentos em atraso, ou seja, não se verificam contas a pagar, que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.
- d) Os fundos disponíveis no final do primeiro semestre de 2019 ascendiam a 350.166 €.

Viseu, 12 de setembro de 2019

O Revisor Oficial de Contas

Assinado por : **RICARDO FILIPE MACIAS
CARVALHO**
Num. de Identificação: B1120057298
Data: 2019.09.12 12:09:06 Hora de Verão de GMT



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1657, CMVM n.º 20161267